

## **MISSÃO SUEZ (1956): A INFLUÊNCIA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) NA COMPOSIÇÃO DA FORÇA MILITAR BRASILEIRA**

Virgílio Caixeta Arraes, Docente do Departamento de História, do Instituto de Ciências Humanas da UNB

Bruno Rezende Santiago Chagas, Doutor em história pela Universidade de Brasília (UNB)

**Resumo:** Na Guerra Fria, a ideologia influenciava bastante grupos políticos civis e militares; no Brasil, havia dois grupos predominantes: um mais nacionalista e outro mais filo-americano. Após a crise de Suez, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceria missão de paz, a qual contaria com a participação do Brasil. Nesse sentido, a Escola Superior de Guerra, identificada aos ideais dos Estados Unidos, desejaria influenciar a composição do destacamento, conhecido como Batalhão Suez.

**Palavras-chave:** Governo Kubitschek, Missão Suez, Guerra Fria.

### **SUEZ MISSION: THE INFLUENCE OF SUPERIOR WAR COLLEGE IN THE BRAZILIAN MILITARY FORCE**

**Abstract:** In the Cold War, ideology used to have a strong influence on political groups either civil or military ones; in Brazil, there were two main groups: one more nationalist and other more pro-american. After the Suez Crisis, the United Nations (UN) established a peace mission in which Brazil was one of the participants. Thereafter, the Superior War College in Brazil, which identifies itself with American ideals, decided to exert influence on the organization of the military unit known as Suez Battallion.

**Keywords:** Kubitschek Term, Suez Mission, Cold War.

### **MISIÓN DE SUEZ (1956): LA INFLUENCIA DE LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) EN LA COMPOSICIÓN DE LA FUERZA MILITAR BRASILEÑA**

**Resumen:** En la Guerra Fría, la ideología influyó mucho en los grupos políticos civiles y militares; en Brasil hubo dos grupos predominantes: uno más nacionalista y otro más filoamericano. Luego del conflicto del Canal de Suez, la Organización de las Naciones Unidas (ONU) constituyó una misión de paz en la que participaría Brasil. En este sentido, la Escuela Superior de Guerra, identificada con los ideales de Estados Unidos, quiso influir en la composición del destacamento, conocido como Batallón de Suez.

**Palabras clave:** Gobierno Kubitschek; Misión Suez; Guerra Fría.

## **I – Introdução**

Na década de cinquenta, o Brasil, após quinze anos de ditadura (1930-1945), teria na terceira eleição presidencial direta a vitória de Juscelino Kubitschek (JK), após turbulento período a partir do suicídio do presidente Getúlio Vargas (GV) em agosto de 1954. Duas correntes principais esgrimiam entre si: a do Partido Social-Democrático

(PSD) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a da União Democrática Nacional (UDN). Em torno delas, orbitavam outras agremiações de menor expressão. Não é incomum em momentos difíceis de disputas partidárias ou administrativas ser a política externa empregada para desviar ou deslocar a atenção da população de problemas de distintos matizes. Como derivação, a gestão de JK enxergaria na composição da missão da Organização das Nações Unidas (ONU) destinada a aplacar os ânimos no canal de Suez entre Egito, Israel, França e Grã-Bretanha uma oportunidade especial de projetar o Brasil e, por conseguinte, o próprio governo federal.

O ocasional prestígio emanado da atividade multilateral auxiliava a aproximação entre políticos e militares, influenciados pelos ares da Guerra Fria via Estados Unidos por meio dos quais observavam o planeta de forma dicotômica: capitalismo versus comunismo ou democracia versus totalitarismo. Na administração governamental, o órgão formulador da política militar seria a Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada à Presidência da República (PR), com atuação junto ao Ministério da Guerra (MG) e ao Ministério das Relações Exteriores (MRE/Itamaraty). Ela superaria o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), pertencente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), no tocante a influenciar os principais dirigentes federais.

O objetivo do artigo é analisar como a ESG conseguiu estabelecer o padrão de participação do Brasil na Missão de Suez (MS) sob auspícios onusianos, ao basear-se a pesquisa no diário *Última Hora* (RJ), textos e documentos da época. Na geopolítica da bacia do Mediterrâneo, a fachada leste definiu-se depois da Segunda Guerra Mundial, com exceção da Palestina. O Egito, malgrado o mandato da Grã-Bretanha outorgado pela Sociedade das Nações (SN) ter tido previsão de conclusão em 1922, permaneceria sob domínio de Londres até 1945 pelo valor estratégico do canal de Suez – reduzido ele de início com a independência da Índia em 1947, porém logo recuperado por causa do crescente transporte de petróleo do Oriente Médio. Em 1956, o Cairo estatizá-lo-ia e provocaria reação bélica de Londres, Paris e Tel-Aviv. Diante do impasse, Washington e Moscou influenciariam a formação de missão multilateral, sob chancela da ONU, a fim de aplacar a tensão (CORREIA, 2018, p.478-479; p.485; VARBLE, 2003, p.12).

## **II - Contexto internacional**

A Guerra Fria, ao cingir o mundo em dois polos em 1947, assistia de quando em quando a irrupções de descontentamento do 3º Mundo (expressão cunhada em 1952) insatisfeito com o status quo, ou seja, com a pouca capacidade de movimento rumo a

suas aspirações, não às das duas superpotências. Nos anos cinquenta, houve acontecimentos importantes em áreas de ascensão aos olhos dos Estados Unidos (EUA) e da União Soviética (URSS): citem-se no Sudeste asiático o confronto civil da Coreia ou no norte da África a disputa pelo canal de Suez (Egito), território onde política e economia reverberam em dois continentes. A Guerra da Coreia foi a primeira grande confrontação amero-soviética, embora indireta – conflito até hoje sem solução, haja vista a divisão territorial em dois países antagônicos. Em 1953, dois fatos contribuíram para alterar a peleja: substituição em Washington dos democratas por republicanos a datar de janeiro, depois de cinco mandatos consecutivos, e morte de Joseph Stálin, à testa do poder em Moscou por trinta anos, em março. Em julho, ocorreria o armistício.

Momentos marcantes foram a derrubada no Irã do primeiro-ministro Mohammad Mosaddegh em agosto de 1953, em face de subscrição de postura energética nacionalista, e na Guatemala do presidente Jacobo Arbenz em junho de 1954, em função de legislação favorável à reforma agrária. No mesmo ano, Getúlio Vargas, eleito em outubro de 1950, iria suicidar-se em agosto, após pressão de segmentos bem conservadores, entre os quais o militar – designados de modo pejorativo de ‘entreguistas’ – para afastar-se do cargo ou renunciar a ele. Serviços secretos das potências vagavam pelo globo, a fim de identificar e de apoiar movimentos favoráveis às suas visões de mundo ou de desestabilizar os contrários a elas. Anticomunismo, descolonização, imperialismo, nacionalismo, desenvolvimento, totalitarismo entre outros termos eram comuns na mercadologia política da época. Não só nas sombras agiam governos do 1º e do 2º mundo, ao aproximar-se de países em desenvolvimento ou recém-descolonizados via economia, cultura, ciência e tecnologia, militar, esporte etc.

Em fevereiro de 1955, a Grã-Bretanha tentou com o Pacto de Bagdá articular aliança castrense com Irã, Paquistão, Turquia e claro Iraque – admitiam-se nações desejosas de colaborar com segurança regional, assinalada na prática por anticomunismo, e repulsa ao neutralismo, consoante o olhar dos EUA. Egito aspirava, além da autodeterminação, o pan-arabismo secular, cujo desdobrar atrairia Síria e Iêmen. Desde o fim da Segunda Guerra, o norte da África clamava por independência da França, Espanha e Grã-Bretanha ou por regionalismo: Argélia, Tunísia, Marrocos e Egito. Não era situação cômoda, ao influenciar-se pelo lado estadunidense ou pelo soviético. Equidistância poderia incorrer em fragilidade, por não desfrutar de apoio de um deles. Em julho de 1952, golpe de Estado encerrara o regime monárquico caiota, de origem otomana-albanesa, submisso a desígnios britânicos – em fevereiro de 1954,

reviravolta desembocaria o país na liderança do tenente-coronel Gamal Abdel Nasser.

Diante disso, Londres quis manter o acesso irrestrito ao canal de Suez - gerido por consórcio franco-britânico e guarnecido por tratado de 1936 por tropas inglesas - estratégico ao comércio da Europa – petróleo, por exemplo. Assombrava o Ocidente a possibilidade de Suez tornar-se zona de influência da URSS. Apesar do costumeiro entendimento entre Egito e Grã-Bretanha, o Cairo aproximar-se-ia de Moscou, por onde teria armamentos sofisticados (aviões e tanques), por intermédio de Praga, após de forma balda ter contactado Pequim, Washington e até Londres. Com isso, Egito seria o catalisador militar e o tumultuador ideológico da região, haja vista o reconhecimento da China (CALVOCORESSI, 2009, p.328-329; FONTANA, 2011, p.186; 195; 209).

Britânicos ambicionavam unir médio-orientais em prol de si, ao ter por centro o Iraque, monarquia hachemita, onde religiões podiam conviver, não o Egito, avaliado como desagregador. Era a última tentativa de uma metrópole em descenso, por desvincular-se da Índia (agosto de 1947) e afastar-se da Grécia e da Turquia por insuficiência financeira para apoiá-las no anticomunismo. Após 1945, parte da elite iraquiana e da egípcia dispensava a presença inglesa em seus territórios. No início dos anos cinquenta, o tratado de 1936 seria denunciado, com mais cinco anos de estadia para a Grã-Bretanha em Suez (CALCOCORESSI, 2009, p.327-328; VARBLE, 2003, p.12).

Na economia, o Cairo aspirava a edificar a represa de Assuã, com o fito de gerar energia elétrica e de irrigar terras próximas. Sem apoio do Banco Mundial (BM) ou dos EUA, o Egito executou em julho de 1956 a estatização do canal de Suez a fim de prover recursos para a obra. Em público, conclamava-se o diálogo, mas de modo reservado Grã-Bretanha, França e Israel articulavam nos arredores de Paris a invasão de Suez, de sorte que obtivessem o acesso lá e enfraquecessem o governo de Nasser, considerado expoente-mor do nacionalismo árabe e maior adversário de Israel, ao dificultar de modo crescente o comércio deste país. Assim, duas questões se resolveriam na visão ocidental: a econômica e a política, por causa da ajuda caiota à independência da Argélia e da Palestina (CALVOCORESSI, 2009, p.328; STOESSINGER, 2010, p.227).

Em outubro, tropas israelenses ocuparam a península do Sinai. Ato contínuo, efetivos franco-britânicos instalar-se-iam em Suez. A reação egípcia travaria a navegação e bloquearia o oleoduto sírio-iraquiano. Atônitos com isso, norte-americanos promoveriam na ONU proposta de cessar-fogo, apoiados por soviéticos. A contragosto, Londres e Paris se retirariam de lá ao passo que Tel-Aviv o faria se pudesse navegar no

estreito de Tiran, seu único acesso ao mar Vermelho. A medida frustraria os atacantes pelo desgaste político e desalento econômico, ao não controlar o canal. Beneficiados foram URSS e Egito: a primeira por defender país do 3º Mundo e obnubilar sua invasão da Hungria enquanto a segunda por opor-se, mesmo derrotada, a potências e fortalecer o pan-arabismo. Dois desenlaces: a Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) - encabeçada por Canadá, com 9 países, entre os quais o Brasil - voltada para estabilizar área estratégica para três continentes; adiante, a fim de barrar Moscou no norte da África e no Oriente Médio, Washington iria auxiliar governos anticomunistas como Arábia Saudita e Israel. Ser da missão onusiana possibilitaria ao Brasil prestígio, ao convergir na projeção mundial do país os seguintes setores: militar, parlamentar, diplomático, de comunicações e intelectual, dividido entre nacionalismo e filo-americanismo.

### **III – Contexto interno**

Os anos cinquenta foram no Brasil fase de turbulência política, com presença significativa do setor militar: em janeiro de 1951, Eurico Dutra (PSD), titular do Ministério da Guerra (MG) entre dezembro de 1936 e agosto de 1945, momento em que era general de divisão, passaria a faixa a Getúlio Vargas (PTB), após superar por larga vantagem em outubro de 1950 Eduardo Gomes (UDN), tenente-brigadeiro (oficial-general de quatro estrelas) à época, candidato à presidência pela segunda vez. Nos dois pleitos, figuravam PSD e PTB aliançados, enquanto do outro lado ficava a UDN. Ao redor de ambos, circulavam partidos menores (MONIZ BANDEIRA, 1973, p.323-325).

A cisão entre EUA, autoconsiderados representantes do ‘mundo livre’ (democrático e liberal), e URSS, autoavaliada defensora da classe trabalhadora e da libertação dos povos. De modo paralelo, a descolonização afro-asiática ia com vigor. Na visão norte-americana, os soviéticos seriam totalitários e sectários ao passo que na russa os estadunidenses seriam imperialistas e racistas. A dicotomia se refletiria no restante do planeta. Associava-se a América Latina como área naturalmente alinhada a Washington; portanto, dissidências não seriam toleradas, de sorte que até ditaduras, se anticomunistas, seriam aceitas pela Casa Branca, mesmo com reservas ocasionais quanto à corrupção, grande desigualdade social, censura prévia, desrespeito a direitos humanos, perseguição a adversários etc. A volta da democracia formal ao Brasil ocorreu com a eleição de Eurico Dutra. Setores novos cresciam economicamente, devido à urbanização e industrialização em algumas áreas do país, e, portanto, fortaleciam-se na

seara política: funcionalismo público civil e militar, operariado, profissionais liberais, estudantes, industriais etc. latifundiários continuavam a desfrutar de influência no cenário interno, porém em face da diversificação social teriam menos força. Contudo, a ideia de um Brasil agroexportador persistia com a concentração no café, cacau, açúcar, borracha, algodão etc.

O ideário de maior autonomia do Brasil em função do quadro bipolar constituía força motriz de vários segmentos, materializada na industrialização maciça e na exploração, se possível direta, dos recursos naturais, identificadas, por sua vez, com a segurança nacional. Como decorrência disso, iniciativas como as da instituição da Petrobras, da Eletrobras, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), do Banco do Nordeste etc. A tensão global entre os dois polos era contínua e, por isso, confundia-se por vezes nacionalismo e esquerdismo. No plano funcional, os EUA inspiravam setores da América do Sul como o diplomático e o militar. No caso do Brasil, o castrense era próximo do norte-americano, em vista do convívio na Segunda Guerra na Itália. Entes regionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA) e a Escola das Américas (EA) atraíam a atenção de representantes via treinamento técnico ou adestramento militar. A proximidade ampliava-se com a constituição de órgãos similares como no caso da ESG, subordinada à Presidência da República (PR), voltada a formular a estratégia de defesa e de inserção do país no planeta.

Na gestão de Vargas, militares opositores o pressionariam mais de uma vez em 1954: em fevereiro, coronéis obteriam a exoneração do general (Ciro do) Espírito Santo Cardoso, ministro da Guerra; em agosto, uma emboscada levaria ao assassinio de um major da Aeronáutica e ao ferimento de Carlos Lacerda, férreo adversário, e minaria o governo; em dias, oficiais de baixa patente da Força Aérea se manifestariam favoráveis à saída de Vargas do poder; logo depois, surgiria um manifesto de generais que se somaria a um ultimato com a rubrica do próprio ministro da Guerra (Euclides) Zenóbio da Costa. De noite, o mandatário se suicidaria. Café Filho, vice-presidente, assumiria, mas não completaria o mandato, ao ser sucedido de forma breve pelo presidente da Câmara dos Deputados Carlos Luz e, por último, pelo do Senado Nereu Ramos (MONIZ BANDEIRA, 1973, p.335-337; DREIFUSS, 1981, p.77-79).

A eleição presidencial (outubro de 1955) seria vencida por JK (PSD) contra Juarez Távora (UDN), general de divisão. Até a posse, janeiro de 1956, haveria tentativa de golpe entre 10 e 11 de novembro com o fito de impedir a posse; a quartelada seria barrada por generais. Foi a ‘novembrada’ sustada graças à ação firme

do ministro da Guerra, Henrique Lott (CARVALHO, 2005, p.116). Em fevereiro de 1956, oficiais da Aeronáutica deflagrariam rebelião no Pará e teriam duas derrotas: a militar após alguns dias e a política, vez que o próprio JK encaminharia ao Congresso proposta de anistia ampla e irrestrita; com isso, demonstraria a irrelevância da revolta. Portanto, mesmo variada, a presença militar era constante. Sem costume de combater, as forças armadas haviam tido boa experiência na II Guerra, ao campear na Itália ao lado das norte-americanas, embora com pequeno contingente (cerca de 25 mil homens). O início da Guerra Fria abarcaria o país com um presidente militar e anticomunista. O Rio de Janeiro (RJ) alinhar-se-ia sem restrição a Washington, ainda que com arrufos entre ambos às vezes. Diante da perspectiva de embate contra um extremismo de esquerda, elas iriam dedicar-se pela ESG a planejar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN), sendo sua inspiração o *Centro de Adiestramiento Latino*, sito no Panamá desde 1946, conhecido como Escola das Américas (CARVALHO, 2005, p.112-113). A UNEF seria a primeira missão multilateral depois da Segunda Guerra em que o Brasil participaria de modo estruturado. Integrá-la traria benefícios políticos a Presidência da República, Itamaraty, Ministério da Guerra, ESG etc e, destarte, poderia proporcionar um apaziguamento depois de anos de tensão no quinquênio presidencial de janeiro de 1951 a janeiro de 1956 exercido por Getúlio Vargas, Café Filho, Carlos Luz e Nereu Ramos.

#### **IV – A formulação da inserção global – Escola Superior de Guerra (ESG)**

Embora divergissem na forma de inserir o Brasil no mundo, nacionalistas e filo-americanos queriam ser o aliado preferencial de Washington na América do Sul – o laço sul-atlântico com povos de raio lusófono como Angola não era cogitado com a mesma intensidade, por causa de Portugal. A administração JK considerava a industrialização o primeiro passo da modernização - costuma-se associar sua gestão a um desenvolvimento sem par, apesar da inflação e do aumento do endividamento externo. Outrossim, a preocupação com a projeção do país refletiu-se desde o início do seu mandato. Havia o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) e a Escola Superior de Guerra (ESG):

O primeiro Curso Regular aconteceu no primeiro ano do governo JK, 1956, e ocorreu, até a inauguração da nova sede na rua das Palmeiras, no auditório do MEC no Palácio Capanema, e a sala destinada ao funcionamento do instituto ficava no gabinete do ministro (ISEB, 1960). Isto deixa claro que o ISEB era um importante instrumento da política de ensino superior do governo (Oliveira, 2006) que visava “atingir as pessoas que já tinham um papel ativo na administração

pública e que fossem capazes de intervir na tomada de decisões. ISEB e ESG pretendiam formar as elites dirigentes do país” (Abreu, 1975:115). Dessa maneira, durante o governo JK, as formulações do ISEB ganham força e influenciam “vários setores da opinião pública, principalmente intelectuais, estudantes, trabalhadores, setores técnicos da administração e militares” (Abreu, 1975:117) (WANDERLEY, 2016, p.924).

O ISEB defendia que o destino do Brasil fosse a grandiosidade baseada na América do Sul, porque a continentalidade do país amparava isso, se secundada pelo crescimento da indústria, da ciência e tecnologia. Concertava com o ideário o olhar da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Assim, haveria a intersecção da ideia de grandeza com a presença brasileira no globo; na época, o conagraçamento ocorreria no Oriente Médio, trânsito de potências - ascendentes eram Washington e Moscou e decadentes, Paris e Londres. O ISEB favorecia o debate entre os setores da sociedade. A linha nacionalista tinha nele importante base doutrinária que a aproximava de países do 3º Mundo. Entre os castrenses, a obra isebiana estimulá-los ia a aderir à Missão Suez, por antevir que, com ela, eles cerrariam fileiras com a oficialidade iugoslava e indiana e quiçá com a egípcia. Logo, haveria júbilo em participar da ascensão de país do 3º Mundo (COUTO e SILVA, 1967, p.225-226). Almejava-se um subimperialismo sem vício do imperialismo vívido daquela fase. Seria um distinto, isto é, de povo sofredor de razias no seu cotidiano:

[...] Devemos considerar que vários países latino-americanos têm realizado ensaios de emancipação econômica. O nacionalismo econômico e a política externa independente, adotados de modo conjugado em certos países, notadamente Argentina, Brasil, México e Peru, em ocasiões várias e descontínuas, revelam o empenho de alguns governantes em completar a emancipação política pela realização da emancipação econômica. [...] Há intérpretes (brasileiros e americanos) das relações interamericanas que veem em certas iniciativas diplomáticas de governantes brasileiros a intenção de estender a supremacia do Brasil na América do Sul. Uns se fundamentam em argumentos de geopolítica, alegando que essa hegemonia é facilitada pelo fato de que o Brasil tem fronteiras comuns com muitos “países pequenos”. Além do mais, estes países necessitariam de recursos econômicos e assistência técnica, em sentido lato. [...] E lembram que o Brasil precisa preencher o “vácuo de poder” deixado pelos Estados Unidos no continente [...] (IANNI, 1988, p.87; p.91).

O ‘vácuo de poder’ configuraria o citado subimperialismo. À ESG e ao MRE, a iniciativa Suez seria o salto de ascenso global. A pressa com que o governo buscou a legitimação parlamentar para a criação do Batalhão Suez corresponderia a isso - não poderia demorar por conta de disponibilidade financeira ou preparo militar. Outrossim,



não haveria tempo para sopesar a legitimidade dos EUA e da URSS com relação à crise no Egito. O tema era caro aos congressistas. Intervenções da oposição reiteravam a questão técnico-orçamentária e as dos governistas criticavam o acordo em atender a apelos multilaterais sem avaliá-los melhor (CHAGAS, 2019, p.52). Foram os representantes da maioria que na Câmara e Senado denunciariam o perfil da política externa por ser contraditório o Brasil apressar o envio de tropas para manter a soberania do Egito enquanto apoiava o colonialismo lusitano em África e Ásia. Era incoerente rumar ao Oriente Médio e ignorar situações de grave violação à autodeterminação na órbita lusófona. Nacionalistas aglutinados no ISEB e conservadores, reunidos na ESG, eram a síntese do período. A Missão Suez instrumentava-se na estratégia de elaboração de defesa e política externa de ambos. Saliente-se o bom trânsito entre os núcleos geopolíticos, ISEB e ESG, e seus destinatários-transmissores, PTB e UDN em essência. Apesar de críticas, o governo constituiria o Batalhão Suez. Desde 1945, o Brasil não se situava a contento no círculo de poder mundial, ainda que na América do Sul se situasse bem. ‘Apesar da diferença enorme de poderio militar entre EUA e Brasil, a incorporação brasileira ao sistema de poder norte-americano passava por negociações bilaterais e multilaterais. Seria o caso da ONU’ (MOURA, 1991, p.101). Gestões desde JK movimentar-se-iam em ocupar maior espaço nos órgãos onusianos, missões de paz, acordos multilaterais e iniciativas em temas como desarmamento, desnuclearização, comércio e investimentos etc.

A ESG era uma das principais forças de reflexão da época. A Missão Suez constituía-se em moeda de troca da articulação entre o governo JK – e sucessores – e a representação militar. Até abril de 1964, o Batalhão Suez foi um remédio que a democracia brasileira serviu aos conservadores militares para manter a estabilidade nos quartéis. Surgido da desconfiança do setor conservador e do contragosto da ESG, o Batalhão Suez seria depois aceito por ambos. No embate desenvolvimentista, o ISEB perderia terreno para a ESG ao não agremiar nem a alta oficialidade nem o corpo diplomático; parte disso devia-se ao ativismo com forças de ‘esquerda’, isto é, ISEB, União Nacional Estudantil (UNE) e Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) (WANDERLEY, 2016, p.930). Segurança nacional e estratégia de inserção global seriam açambarcadas pela ESG com a saída de Henrique Lott do Ministério da Guerra em 1960 que mantivera oficiais conservadores na caserna; em abril de 1964, o núcleo central da ESG chegaria ao poder.

## V – A Escola Superior de Guerra e Questão Suez

A aprovação no Congresso e o apoio da imprensa à Missão Suez fizeram com que a ESG e a corrente conservadora cooperassem com sugestões da UDN como o voluntariado para compor o batalhão onde oficiais de jaez esguiano tentariam impor sua visão. Em quase 11 anos de vigência da unidade – e da própria UNEF – ocorreria uma metamorfose no comando que refletiria as mudanças políticas do Brasil. De abril de 1964 em diante, o Batalhão sofreria a nova configuração de poder, ainda que se observe que o papel da ESG no pensamento geopolítico vinha desde os anos cinquenta ao ser a responsável institucional da Doutrina de Segurança Nacional. No alvorecer daquela década, quando se recuperava a Europa da devastação da Segunda Guerra, já estava emoldurada a fronteira do ‘mundo livre’ (DUROSELLE, 2000, p.445); a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) em 1949 seria a cunha contra o ‘perigo’ soviético:

Entre os vários elementos da "estratégia de contenção" acelerada, dois se destacaram. O primeiro, considerado de natureza negativa por Kennan, era indicar a Moscou as regiões do mundo que os Estados Unidos não poderiam permitir que caíssem em mãos hostis para nós, especialmente nosso hemisfério. Portanto, esses Estados receberiam apoio militar para aumentar sua força de resistência, e um ataque soviético seria considerado um *casus belli* (Kennedy, 2013, p.588-589).

Segurança Nacional, contenção, projeção estratégica, entre outros temas, passavam a ser debatidos entre governantes, alto oficialato, meio empresarial e acadêmico. A contenção ao expansionismo soviético não era nova, malgrado o fascínio com o triunfo do Exército Vermelho em 1945. A projeção no contexto Leste-Oeste era inovadora porque a bipolaridade precipitava-se sobre a América do Sul e se tensionavam os atores para apoiar uma das duas superpotências (MEIRA MATOS, 2011, p.77):

Quando dos acontecimentos de outubro e novembro de 1956 no Oriente Médio, Pearson propôs à ONU a constituição de um Exército Internacional, capaz de atuar em nome da organização mundial, impondo a força do direito onde imperasse o direito da força. Na justificativa de sua proposição, o representante canadense defendeu a tese de que às potências médias deveria caber a tarefa de constituir essa força internacional. Sua argumentação a favor das potências médias se baseava na seguinte lógica: aos “grandes”, cujos interesses estariam em jogo, faltaria isenção para agir em nome da organização mundial; aos “pequenos” careceria prestígio político e militar para poder empunhar instrumento de sanção ou de contenção das Nações

Unidas; às “potências médias”, respeitadas no mundo inteiro, como o Brasil, Suécia, Noruega, Índia, deveria caber a honrosa tarefa de formar a força internacional que, sob os auspícios da ONU, se incumbiria de preservar a paz no universo (Matos, 2011, p.77-78).

O ministro Lester Pearson não pensava em todas as potências médias, mas nas de influxo ocidental ou nas atraídas pela ‘irresistível persuasão’ das democracias liberais. Nesse ponto, seu raciocínio se coadunava com o de várias lideranças brasileiras: garantir a segurança do território e das fronteiras contra ameaça externa ou interna da eventual instabilidade sociopolítica do comunismo. Por sua vez, o Brasil não possuía envergadura para iniciativas mundiais; teria de aguardar momento especial: a Crise de Suez. Gamal Abdel Nasser tratava mal os comunistas em seu país, mas como Moscou antevia a repulsa recíproca entre o Cairo e o Ocidente preparava-se o Kremlin para assumir ocasional preeminência na região. O ataque anglo-franco-israelense fez adernar o Egito na esfera soviética. Outubro e novembro de 1956 proporcionariam a oportunidade almejada pelo Brasil (MATOS, 2011,p.78).

Com a crise de Suez, existia um substrato intelectual pronto a ativar-se. O governo JK empenhara-se em assegurar a participação do país junto à ONU. A ESG e o MRE eram as instâncias de engenho da política de defesa e de estratégia de inserção planetária. Afastado o ISEB, em face da interação ‘excessiva’ com a ‘esquerda’, ambos promoviam cursos em que havia intercâmbio de pauta e de quadros. Neles, tinha-se como inevitável a aliança entre os polos do continente: EUA e Brasil. O adversário comum, o socialismo expansionista, era o alvo a ser contido. Para firmar a primazia pátria na América do Sul, precisava-se erradicar o comunismo e estabelecer-se forte laço com a Casa Branca, sem implicar subordinação. Entre meados dos anos cinquenta até o fim dos sessenta, a estratégia residia na relação com o Ocidente cristão e democrático que pelo evoluir histórico sediava-se nos EUA. O Batalhão Suez corresponderia a este desígnio. Outro tópico da ESG era o de segurança nacional nas relações internacionais. A Missão Suez seria o momento de ativar o catalisador dos nexos estratégicos e políticos nacionais com os principais países da ordem mundial: disponibilizar-se à causa da ONU – a paz mundial – e ter compromisso com o espírito do tempo, ou seja, com a autodeterminação dos povos. Estar em Suez, sob requisito do direito internacional à luz da democracia liberal, seria o objetivo do Brasil para cooperar com Washington (FREITAS, 2004, p.14-15). A contrapartida seria o modernizar das forças armadas - seria o troféu de reconhecimento da ESG:

[...] Dessa súmula das principais ideias-força presentes no

pensamento e atuação da ESG, ressalta que a planificação da Política de Segurança Nacional deve arquitetar-se com base numa axiologia própria de uma visão ocidental cristã, democrática, realista e brasileira do sistema internacional. [...] Inerente a essa construção estará por sua vez uma noção de afirmação do Brasil vertida quer no alargamento da fronteira civilizacional às áreas anecúmenas, quer no contexto das relações sul-americanas, quer enfim no papel a desempenhar na defesa e preservação da civilização cristã do Ocidente (FREITAS, 2004, p.38-39).

## **VI – Expectativa do Brasil com a Missão Suez**

A reconciliação entre JK e forças armadas no início do mandato selou o propósito planejador da ESG. O país tinha o apoio de Lester Pearson para a Missão Suez por desejar ser neutro entre os dois ‘mundos’ – é possível que isso visasse a conter prováveis indicações do bloco socialista para a UNEF. Amaral Peixoto, embaixador do Brasil nos EUA, buscou valer-se da Iniciativa New Look (Novo Olhar) do governo Eisenhower. O objetivo seria o de equilibrar a ação norte-americana no mundo: a suspensão da Guerra da Coreia (julho de 1953) pressupunha abandonar a postura de pretor universal pela de defesa com responsabilidades compartilhadas, já que a URSS não se intimidava, haja vista o caso iugoslavo (1948-1949) e o húngaro (1956). A nova orientação seria bem acolhida no Brasil, até porque desde 1952 Brasil e Estados Unidos haviam celebrado acordo onde havia obrigações de ‘defesa compartilhada’ regional, entendidas pela ESG como outorga ao Brasil de policiar o Atlântico Sul até as costas africanas ao sul do golfo da Guiné – o ingresso do Brasil na UNEF corresponderia em parte a partilhar obrigações (CHAGAS, 2019, p.108).

O que teria levado o país a ser convidado para uma missão tão importante para as duas superpotências da época? Na visão da ESG, o aspecto intelectual atribuía sentido histórico do papel do Brasil no mundo, ao tentar superar o subdesenvolvimento. A alternativa para isso seria associar-se com nações ocidentais que trilhassem a via do bem-estar social e do progresso. Por isso, a cooperação na esteira do pan-americanismo com Washington na Conferência do Rio de Janeiro (1949). Se o Catete se firmasse como parceiro próximo da Casa Branca, ele se habilitaria a liderar a região. Assim, o populismo – ascendente desde os anos cinquenta – deveria ceder a políticas institucionais vinculadas de fato à democracia representativa. Pelo caminho da Doutrina de Segurança Nacional, seria possível enfim o país desenvolver-se (IANNI, 1988, p.32-33). A aliança especial com os EUA seria delineada com afincos pela ESG: a Missão Suez encaixar-se-ia na pauta de prioridades. Todavia, entre 1956 e 1960, a atuação

esguiana seria limitada porque na gestão de Henrique Lott o núcleo central da organização não podia expor-se muito. Como quadros da ESG pertenceram à Cruzada Democrática (CD), que havia desafiado Lott nos eventos de novembro de 1955 (Novembrada), a maioria deles foi mantida a distância dos comandos das regiões militares por precaução administrativa, haja vista a possibilidade de instabilidade em quartéis sob responsabilidade de oficiais enfrontados em atividades políticas, mesmo sem publicidade (CHAGAS, 2019, p.51).

Havia receio no núcleo da ESG de que a ala radical do PTB, com supostos vínculos nas forças castrenses – sobretudo a baixa oficialidade – assumisse no futuro papel de destaque no governo federal ao identificar-se com dirigentes como João Goulart e Leonel Brizola. A preocupação remetia ao secretário de Estado Foster Dulles que havia sido alvo do descontentamento de populares e de lideranças políticas na cidade do México em março de 1956. Assim, avocava-se a Missão Suez como exemplo do Brasil à ONU de que o conjunto das tropas multilaterais no Egito não deveria partidizar a bipolaridade russo-americana. Os generais ‘esguianos’ mantinham estreitas relações com parte da alta oficialidade estadunidense e com instituições geopolíticas de lá; assim, a Missão Suez poderia auxiliar a modernização militar do país, ao assegurar aos EUA o comprometimento do Brasil de não polemizar com nenhum lado conflitante, diferente da postura inicial da Iugoslávia e Indonésia. A UNEF era um contingente com o objetivo de patrulhar a área relativa ao canal de Suez e garantir a estabilidade local (MOTTA, 2010, p.86-87).

O Rio de Janeiro encaixava-se bem nas expectativas diplomáticas de Londres e Paris. Ademais, reforçavam-se laços com Washington em possíveis acordos bilaterais e multilaterais com os países sul-americanos, em que a preservação do *status* brasileiro como potência seria o sustentáculo das linhas de defesa do Ocidente (ou seja, democrático, representativo e cristão) nessa parte do mundo. O embaixador brasileiro nas Nações Unidas Cyro de Freitas Valle destaca a contribuição dessas parcerias: cooperação multilateral como princípio basilar das relações internacionais; e adoção da doutrina de contenção de George Kennan como combate à ideologia expansionista russa, entendida como a maior ameaça ao Ocidente; Destarte, a Missão Suez seria abraçada como a melhor oportunidade da projeção global do Brasil. Analisa o embaixador Freitas Valle em nota dirigida ao então chanceler Macedo Soares, que,

A crescente influência soviética no Oriente Médio é também causa de apreensões em Washington. Essa influência aumentou

consideravelmente com o apoio emprestado pela Rússia à causa dos países árabes e com o efeito imediato que as ameaças comunistas produziram sobre os países agressores (França e Reino Unido). (...) O governo de Moscou ganhou, no mundo árabe, extraordinário prestígio. O Oriente Médio está convencido, e o Egito mais ainda, que o cessar-fogo e a promessa de retirada das forças agressoras se deve à atitude enérgica do governo soviético. (...) Do lado negativo a União Soviética deve contar a formação da Força Internacional, a que já começa a se opor com violência, e a melhoria da posição americana entre os Estados árabes (Chagas, 2019, p.265-266).

Mas naqueles anos 1950 a estratégia de aproximação em defesa com os Estados Unidos começara antes. Em março de 1952, Getúlio Vargas celebrou o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Em que pesasse o antiamericanismo de parte da sociedade, o governo não podia titubear na modernização castrense – o único país a preencher os requisitos do alto oficialato eram os EUA. Seria destarte assegurar o peso do país na América do Sul e de forma subsidiária no Atlântico Sul com vistas ao oeste da África – Guiné-Bissau era a referência pela lusofonia. Diante disso, o comprometimento brasileiro com a Missão Suez corresponderia à atuação: 1 policial, objetivo precípua da força da ONU, e 2 política, ao afinar-se com a estratégia da Casa Branca. Nesse sentido, eis a nomeação de oficiais ‘esguianos’ para atuar nos EUA. Em novembro de 1955, o Brasil indicou o coronel Antônio Carlos Muricy para chefiar a Comissão Militar Brasileira em Washington. Experiente, já se havia familiarizado com destacados oficiais nos EUA, porque em outubro de 1953 fora nomeado adjunto do Adido Militar lá, com o encargo de materializar os interesses nacionais no Departamento de Estado e no de Defesa - reaparelhamento militar via modernização da Força Aérea e da aviação naval e obtenção de créditos com a Casa Branca e com bancos locais para material da tropa brasileira. No curso dos eventos em out/nov. de 1956 envidaria esses mesmos esforços para as Forças Armadas brasileiras frente à participação na UNEF.

Até então, vários entendimentos haviam sido subscritos entre os dois países tais como o Acordo de Assistência e Defesa Mútua de 1952, o Pacto Militar de Segurança Conjunta, de 1954, a Comissão Militar Mista Brasil-EUA de 1952 e em 1955 o Acordo Atômico Brasil-EUA. Todavia, apenas com o advento da Missão Suez, haveria a possibilidade de viabilizar a equipagem das forças armadas (MONIZ BANDEIRA, 1973, p.340, 343).

## **VII – Relacionamento amero-brasileiro no curso da Missão Suez**

A forma com que o Brasil avalizou participar na UNEF pesou diante da Casa

Branca por causa da celeridade da adesão de ingressar na missão em solo médio-oriental, área de disputa dos EUA, parte israelense, e URSS, egípcia. O rápido aceite renovaria a confiança nas forças armadas e na ESG, em vista da capacidade de cumprir tarefas essenciais à defesa nacional e do espírito cívico da oficialidade. A corrente conservadora da ESG era a que tratava com as autoridades americanas a tão esperada modernização bélica. Esse primeiro passo já nos fins de 1956 garantiria a estratégia esguiana de política de defesa nacional e de aliança continental.

Em novembro de 1956, certo do ingresso brasileiro na UNEF, os norte-americanos viabilizariam parte das demandas do país. Nada desprezível para a ESG que desejava o Atlântico Sul como zona de influência, estendendo-a, se possível, até a costa ocidental africana. A incorporação do Catete à Missão Suez levou a Casa Branca à percepção de que o país amadurecia politicamente. Com isso, o Rio de Janeiro conseguiria ser merecedor de confiança de Washington. A cada temporada do Batalhão Suez com policiamento, vigilância e pacificação, o Brasil adquiria mais prestígio com os EUA. Destarte, credenciava-se de fato como o ‘aliado estratégico’ na América do Sul, em oposição à Argentina às voltas com o peronismo de matiz antiamericano, ou o militarismo embrutecido inaugurado em 1955 com a derrubada de Perón – e que para o ano seguinte, incomodava tanto a diplomacia americana como a brasileira. (DORATIOTO, 2014, p.131-132)

Com a Missão Suez, há o desenho estratégico junto aos EUA e ONU. Desde a Segunda Guerra, o Rio de Janeiro afinava-se com Washington. Com o governo Kubistchek essa sintonia aprofundou-se graças à ação diplomática do embaixador em Washington Ernani do Amaral Peixoto; seus esforços junto ao secretário Foster Dulles coincidiram com os eventos no Egito, positivos para a causa brasileira de aggiornamento em defesa e aliança continental. Em carta endereçada ao subsecretário de Estado Herbert Hoover Jr., o embaixador Amaral Peixoto,

Com referência à nota de Vossa Excelência nº 732.5-N.S.P./5-2956, tenho a honra de informa-lo de que a Administração de Cooperação Internacional comunicou ao Adido Aéreo desta Embaixada sua aquiescência ao plano de pagamentos parcelados para a aquisição, pelo governo Brasileiro, de 36 aparelhos B-26 e 14 AS-16A, de conformidade com a secção 106b do Mutual Security Act of 1954 (as amended). (...) Muito agradeço a cooperação de Vossa Excelência para a consecução dos estudos realizados no Rio de Janeiro, e acertados em comum acordo entre os membros da Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, no seu empenho de reativar os planos conjuntos de defesa continental (CHAGAS, 2019, p.207).

A viabilização da Missão Suez derivou de duas frentes simultâneas: a multilateral, graças aos esforços de Freitas-Valle, titular da Missão Brasileira na ONU, e a bilateral, por conta de Amaral Peixoto, titular da embaixada em Washington. A ascensão do presidente JK em 1956 encerrou mal-estar de lideranças importantes do Brasil com os EUA, sobretudo na ala nacionalista oriunda do PTB, setores do PSD e UDN e até do proscrito PCB. A política de defesa do Pentágono primava pelo ‘aliado preferencial’, o que beneficiaria o Brasil. A aproximação com Washington respondia a demandas pragmáticas do esforço do Rio de Janeiro de crescimento econômico, fortalecimento do mercado nacional e da capitalização interna. A Casa Branca precisava reunir número considerável de países não integrados à OTAN que a legitimasse em outras empreitadas internacionais em face do Pacto de Varsóvia (desde 1955) e do Movimento Não Alinhado (mesmo ano) que tinham especial atenção na Questão Suez.

### **Conclusão**

O Brasil agregou valor à política dos EUA em vista do poderio bloco soviético e do afro-asiático (essencialmente, o vinculado ao Movimento Não Alinhado) na United Nations Emergency Force (UNEF I), porque Moscou havia absorvido o Egito em sua geopolítica, além de ter na Indonésia e, em menor grau, na Índia aliados contra o imperialismo do Ocidente, representado em suma por Washington. Portanto, se a rígida conduta do ministério da Guerra de JK não estimulava ativismo político (leia-se partidário) dentro dos comandos, na sua circunvizinhança, sim. A ESG possuía estatuto próprio e sua direção não se subordinava à pasta militar, mas à própria presidência da República, o que propiciava na prática desembaraço em sua atuação além da atividade fim em si. Ela, em sintonia com o dial do Itamaraty, coordenava a estratégia de defesa brasileira com os interesses sul-americanos emanados de Washington - o intercâmbio de servidores do MRE e da ESG com organizações estadunidenses era marca disso: na prática, suas lideranças eram anticomunistas e, na retórica, defensoras do mundo democrático. E a Missão Suez encaixou-se com o projeto de estratégia da ESG, o qual era o de projeção de poder do Brasil além da América do Sul. Era o país potência média, ou seja, no terceiro patamar da escala mundial de poder, abaixo das superpotências, capazes de agir segundo seus próprios interesses, e das grandes potências, influenciadoras de decisões globalmente. Em termos gerais, as duas primeiras teriam posse de armamento nuclear. Em 1956, os Estados Unidos garantiriam o fornecimento dos primeiros aviões de combate para a Marinha e das peças de artilharia que o país



levaria para Gaza no denominado Batalhão Suez (BS). Nem mesmo a composição da Operação Pan-Americana (OPA) afetaria a relação institucional do presidente Eisenhower com Kubitschek, uma vez que a ESG continuaria com a manutenção dos contatos especiais com os Estados Unidos no setor de defesa, juntamente com o Itamaraty, sem descuidar do relacionamento harmônico com a Organização das Nações Unidas (ONU) na UNEF. A OPA tinha direcionamento mais econômico que bélico.

No governo de JK, a Missão Suez subscreveu os requisitos essenciais da ONU em momento tenso da conjuntura internacional, em face da bipolaridade amero-soviética e do desdobramento do necessário nacionalismo afro-asiático diante da disputa entre duas superpotências. O Egito, sob a liderança de Gamal Nasser, seria uma das expressões mais importantes na década de cinquenta. A Missão Suez seria a ponta de lança da política com vistas a afinar o relacionamento com os EUA e, portanto, instrumento diplomático para viabilizar a almejada projeção internacional do Brasil. E como ativo significativo nas relações internacionais iria projetar a ESG como peça chave na formulação das diretrizes castrenses até o fim da missão multilateral em 1967, já sob manto de ditadura militar oriunda devido ao golpe de Estado de abril de 1964.

## Referências

- BURNS, E.L.M. Between Arab and Israeli. **Beirute**: The Institute for Palestinian Studies, 1969. Disponível em: <<http://www.archive.org/detais/BetweenArabAndIsraeli>> Acesso em: 19.03.2022.
- CABRAL, Severino. **O Mundo Latino e a Era do Megaestado**. In: COSTA, Darc. Mundo Latino e Mundialização. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2004.
- CALVOCORESSI, Peter. *World politics since 1945*. 9 ed. New York: Routledge, 2013.
- CARVALHO, José Murilo. **Forças armadas e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CORREIA, Pedro de Pizarat. **Manual de geopolítica e geoestratégia**. Lisboa: Edições 70, 2018.
- DORATIOTO, Francisco. **O Brasil no Rio da Prata**. Brasília: FUNAG. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/1089-O\\_Brasil\\_no\\_Rio\\_da\\_Prata.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/1089-O_Brasil_no_Rio_da_Prata.pdf)>. Acesso em: 20.03.2022.
- DREIFUSS, René. **1964: A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1981.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. **Todo império perecerá**. Brasília: Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- ESTEVES, Diniz. **Documentos Históricos do Estado Maior do Exército**. Brasília: Edição do EME. 1996. P. 361-370.
- FONTANA, Josep. *Por el bien del imperio*. Barcelona: Passado y Presente, 2011.
- FREITAS, Jorge Manuel. **A Escola Geopolítica Brasileira**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2004.
- IANNI, Octávio. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

KENNEDY, Paul. *Auge y Caída de las Grandes Potencias*. Barcelona: Debolsillo, 2013.

MEIRA MATOS, Carlos. **Geopolítica**. Vol. 1. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Arquivo Histórico-Diplomático**. Rio de Janeiro. Seção: Estados Unidos/Embaixada do Brasil.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Presença dos Estados Unidos no Brasil**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1973.

MOURA, Gerson. **Sucesso e ilusões**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991

SILVA, Golbery do Couto. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1967.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História de um Soldado**: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

STOESSINGER, John. *Why nations go to war*. 11 ed. Boston: Wadsworth, 2010.

VARBLE, Derek. *The Suez crisis - 1956*. Oxford: Osprey, 2003.

WANDERLEY, Sérgio. **ISEB, uma escola de governo**: desenvolvimentismo e a formação de técnicos e dirigentes. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro 50(6): p.913-936, nov./dez. 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/j/rap/a/5N9rKgvdKkKxrpdbdPHcM3L/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: 7.2.2022.